

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.035 - PR (2013/0078207-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : GISELE NEVES MARTINS
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE DE SOUSA RODRIGUES - PR029409
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por GISELE NEVES MARTINS contra decisão de minha lavra, em que não provi em parte recurso especial da parte agravada para julgar improcedente o pedido autoral de reforma de militar (e-STJ fls. 1.559/1.563).

Sustenta a parte agravante, inicialmente, que faz jus à reforma pretendida, pois, "durante o período em que prestou serviço militar, foi acometida de enfermidade grave que a tornou inválida, ou seja, incapaz para o exercício não só das atividades militares como para toda e qualquer atividade laborativa, isso em razão de erro cometido pelo médico que a operou dentro da unidade hospitalar do Exército."

Alega que a Corte Regional reconheceu que moléstia grave que dispensa a existência de causa e efeito com o serviço militar, e que aquele Tribunal, apesar de ter mencionado o inciso IV do art. 108 da Lei 6.880/80, "utilizou como fundamento o mesmo critério da sentença, qual seja, o reconhecimento da existência de doença grave, nos termos do inciso V do art. 108".

Requer, ao final, a reconsideração do *decisum* recorrido ou, caso assim não se entenda, seja submetido o presente agravo interno à apreciação da Turma.

Impugnação apresentada às e-STJ fls. 1.581/1.586.

Passo a decidir.

A agravante tem razão, quanto à desnecessidade de nexo causal para a reforma pretendida.

Na decisão agravada, entendi que, como não teria havido relação causal entre a moléstia que acometia a autora e o exercício da sua atividade militar, não havia direito à reforma.

No entanto, compulsando melhor os autos, constato que o fundamento para a concessão do benefício, tanto no primeiro grau, quanto no Tribunal *a quo*, foi a constatação, a partir da prova pericial produzida, de que havia incapacidade definitiva para qualquer atividade, civil ou militar.

A esse respeito, conferir o seguinte excerto do aresto hostilizado (e-STJ fls. 1.446/1.447):

Consta do caderno probatório que o autor foi incorporado nas Forças Armadas em março de 2002, apresentando moléstia em 2005, marco a partir

do qual alega ter sido submetida a cirurgia de varizes, no local ocorreu lesão em sua veia femoral direita.

A Administração Militar, por intermédio de sua Junta Médica, apurou a gravidade da lesão, em sucessivas inspeções de saúde, diagnosticando a incapacidade temporária para o serviço do Exército, tendo sido mantido na condição de adido.

A fim de averiguar a incapacidade para atividade militar e para outras atividades laborais civis, foi determinada à realização de prova pericial em juízo.

O perito afirmou (fls. 1160-2 e 1194-6):

"5) A Sra. Gisele Neves Martins pode ser considerada incapaz ou inválida, encontrando-se impossibilitada total e permanentemente para qualquer trabalho, não podendo prever os meios de sua subsistência?"

Resposta - Considero a autora Sra. Gisele Neves Martins, total e permanentemente incapaz para qualquer trabalho"(fl. 1195)"

Verifica-se assim que, **em razão da incapacidade definitiva para o exercício da atividade castrense, decorrente de moléstia, ocorrida nas fileiras do Exército, o autor tem direito à reforma**, nos termos do art. 108, IV e 109, da Lei nº 6.880/80.

(...).

A incapacidade para o labor civil resta devidamente comprovada ante a conclusão da perícia oficial.

Por conseguinte, **revestindo-se a incapacidade de definitividade não somente para as atividades militares, mas também para as demais, atividades laborais civis**, ante a alienação mental do ex-militar, a remuneração do ex-militar deverá ser calculada com base no soldo integral correspondente ao grau hierárquico superior ao que ocupava na ativa. (Grifos em negrito acrescidos).

Ora, se não há incapacidade definitiva apenas para o serviço militar, mas enfermidade incapacitante para todo e qualquer serviço, militar ou civil (invalidez), decabe indagar acerca do nexo causal entre a moléstia/enfermidade/doença e a atividade castrense, nos termos do inciso IV do art. 108 da Lei 6.880/1980.

Nessa esteira, o precedente da Corte Especial do STJ (EREsp 1.123.371/RS, DJe 12/03/2019), já mencionado no *decisum* agravado, fixou a tese de que:

a) "a legislação de regência faz distinção entre incapacidade definitiva para o serviço ativo do Exército (conceito que não abrange incapacidade para todas as demais atividades laborais civis) e invalidez (conceito que abrange a incapacidade para o serviço ativo do Exército e para todas as demais atividades laborais civis)";

b) "os militares com estabilidade assegurada terão direito à reforma *ex officio*, ainda que o resultado do acidente ou moléstia seja meramente incapacitante. Já os militares temporários e sem estabilidade, apenas se forem considerados INVÁLIDOS tanto para o serviço do Exército como para as demais atividades laborativas civis";

c) "a reforma do militar temporário não estável é devida nos casos de incapacidade adquirida em função dos motivos constantes dos incisos I a V do art. 108 da Lei 6.880/1980, que o incapacite apenas para o serviço militar e independentemente da

comprovação do nexo de causalidade com o serviço militar, bem como quando a incapacidade decorre de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço militar, que impossibilite o militar, total e permanentemente, de exercer qualquer trabalho (invalidéz total)."

Eis o teor da ementa daquele julgado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR TEMPORÁRIO E SEM ESTABILIDADE ASSEGURADA. INCAPACIDADE APENAS PARA AS ATIVIDADES MILITARES E SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. AUSÊNCIA DE INVALIDEZ. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA EX OFFICIO. CABIMENTO DA DESINCORPORAÇÃO. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. Cinge-se a controvérsia em debate acerca da necessidade ou não do militar temporário acometido de moléstia incapacitante apenas o serviço militar de comprovar a existência do nexo de causalidade entre a moléstia/doença e o serviço castrense a fim de fazer jus à reforma ex officio.

2. O militar temporário é aquele que permanece na ativa por prazo determinado e enquanto for da conveniência do Administrador, destinando-se a completar as Armas e Quadros de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de Praças, nos moldes do art. 3º, II, da Lei 6.391/1976, de sorte que, o término do tempo de serviço implica no seu licenciamento quando, a critério da Administração, não houver conveniência na permanência daquele servidor nos quadros das Forças Armadas (ex vi do art. 121, II e § 3º, da Lei 6.880/1980), a evidenciar um ato discricionário da Administração Militar, que, contudo, encontra-se adstrito a determinados limites, entre eles a existência de higidez física do militar a ser desligado, não sendo cabível o término do vínculo, por iniciativa da Administração, quando o militar se encontrar incapacitado para o exercício das atividades relacionadas ao serviço militar, hipótese em que deve ser mantido nas fileiras castrenses até sua recuperação ou, não sendo possível, eventual reforma.

3. No caso do militar temporário contar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço e preencher os demais requisitos legais autorizadores, ele adquirirá a estabilidade no serviço militar (art. 50, IV, "a", da Lei 6.880/1980), não podendo ser livremente licenciado ex officio. No entanto, antes de alcançada a estabilidade, o militar não estável poderá ser licenciado ex officio, sem direito a qualquer remuneração posterior.

4. A reforma e o licenciamento são duas formas de exclusão do serviço ativo das Forças Armadas que constam do art. 94 da Lei 6.880/1980, podendo ambos ocorrer a pedido ou ex officio (arts. 104 e 121 da Lei 6.880/1980). O licenciamento ex officio é ato que se inclui no âmbito do poder discricionário da Administração Militar e pode ocorrer por conclusão de tempo de serviço, por conveniência do serviço ou a bem da disciplina, nos termos do art. 121, § 3º, da Lei 6.880/1980. A reforma, por sua vez, será concedida ex officio se o militar alcançar a idade prevista em lei ou se enquadrar em uma daquelas hipóteses consignadas no art. 106 da Lei 6.880/1980, entre as quais, for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas (inciso II), entre as seguintes causas possíveis previstas nos incisos do art. 108 da Lei 6.880/1980 ("I - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública; II - enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações; III - acidente em serviço; IV - doença, moléstia ou enfermidade adquirida em

tempo de paz, COM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO A CONDIÇÕES INERENTES AO SERVIÇO; V - tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e VI - acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO").

5. Desse modo, a incapacidade definitiva para o serviço militar pode sobrevir, entre outras causas, de doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço, conforme inciso IV do art. 108 da Lei 6.880/1980. Outrossim, quando o acidente ou doença, moléstia ou enfermidade não tiver relação de causa e efeito com o serviço (art. 108, IV, da Lei 6.880/1980), a Lei faz distinção entre o militar com estabilidade assegurada e o militar temporário, sem estabilidade.

6. Portanto, os militares com estabilidade assegurada terão direito à reforma ex officio ainda que o resultado do acidente ou moléstia seja meramente incapacitante. Já os militares temporários e sem estabilidade, apenas se forem considerados INVÁLIDOS tanto para o serviço do Exército como para as demais atividades laborativas civis.

7. Assim, a legislação de regência faz distinção entre incapacidade definitiva para o serviço ativo do Exército (conceito que não abrange incapacidade para todas as demais atividades laborais civis) e invalidez (conceito que abrange a incapacidade para o serviço ativo do Exército e para todas as demais atividades laborais civis). É o que se extrai da interpretação conjunta dos arts. 108, VI, 109, 110 e 111, I e II, da Lei 6.880/1980.

8. A reforma do militar temporário não estável é devida nos casos de incapacidade adquirida em função dos motivos constantes dos incisos I a V do art. 108 da Lei 6.880/1980, que o incapacite apenas para o serviço militar e independentemente da comprovação do nexo de causalidade com o serviço militar, bem como quando a incapacidade decorre de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço militar, que impossibilite o militar, total e permanentemente, de exercer qualquer trabalho (invalidez total).

9. Precedentes: AgRg no AREsp 833.930/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016; AgRg no REsp 1331404/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 14/09/2015; AgRg no REsp 1.384.817/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 14/10/2014; AgRg no AREsp 608.427/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014; AgRg no Ag 1300497/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 14/09/2010.

10. Haverá nexo de causalidade nos casos de ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública (inc. I do art. 108, da Lei 6.880/1980); b) enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações (inciso II do art. 108, da Lei 6.880/1980); c) acidente em serviço (inciso III do art. 108, da Lei 6.880/1980), e; d) doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço (inciso IV, do art. 108, da Lei 6.880/1980).

11. Portanto, nos casos em que não há nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar e o militar temporário não estável é considerado incapaz somente para as atividades próprias do Exército, é

Superior Tribunal de Justiça

cabível a desincorporação, nos termos do art. 94 da Lei 6.880/1980 c/c o art. 31 da Lei de Serviço Militar e o art. 140 do seu Regulamento - Decreto n.º 57.654/1966.

12. Embargos de Divergência providos.

(EResp 1.123.371/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 12/03/2019).

In casu, a prova pericial produzida atestou haver incapacidade definitiva para as atividades civis e militares decorrente de moléstia (lesão em veia femoral direita, após cirurgia de varizes); não merece, assim, retoque a conclusão alvitrada na origem, já que consentânea com o referido julgado da Corte Especial do STJ.

Incide, assim, a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça, aplicável tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto com base na alínea "a" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, RECONSIDERO a decisão de fls. 1.559/1.563 para, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial da UNIÃO e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado Administrativo n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator